

Algumas considerações sobre currículo e inclusão escolar

Michele Gomes Noé da Costa¹

Adriana Gustavo Cardoso²

Analton Alves da Silva³

Resumo

Este artigo tem como objetivo apresentar uma discussão sobre currículo e inclusão escolar. Apresenta conceitos baseados na definição de currículo formal e informal, além de abordar sua significação no contexto social, baseada em autores como Sacritán, Mantoan, Mazzota e legislações específicas. A discussão perpassa também em acolher a diversidade na construção de um currículo inclusivo, pois o currículo, na importância de seu contexto no processo pedagógico, merece ser pensado de forma particular pelos atores que o vivenciará. Dizemos isso, em função justamente de seu papel social, pois aqui engloba aspectos tanto culturais como pedagógicos no seu fazer.

Palavras-Chave: Currículo. Escola. Inclusão. Diversidade.

1 Introdução

Centrado como um dos grandes questionamentos educacionais, o que ensinar e de que forma ensinar perpassa por um conceito que reflete e abrange tais inquietações: o currículo escolar.

O estabelecimento de conteúdos mínimos que devem ser tratados nas escolas brasileiras é uma exigência constitucional. Porém, a discussão do que abordar na escola, de forma universal, traz consigo um debate além do simples estabelecido, pois o currículo é uma organização dinâmica, expressão de espaço e forma de ser do ambiente escolar.

Na escola o currículo se apresenta principalmente através de sua proposta e projeto político pedagógico, que este, pensamos, esteja sendo construído pelos diferentes sujeitos envolvidos no processo escolar. Contudo, antes da ação pedagógica efetiva em sala de aula, a escola emperra em legislações e diretrizes nacionais que sugerem como esta deve pensar sua existência muitas vezes até mesmo com conteúdos não condizentes com a realidade local.

¹ Licenciada em Pedagogia, Especialista em Psicopedagogia, Mestranda em Educação Escolar pela Universidade Federal de Rondônia. Técnica em Assuntos educacionais do IFRO. E-mail: michelenoe@gmail.com

² Licenciada em Pedagogia, Mestranda em Educação Escolar pela Universidade Federal de Rondônia. Professora DE do Departamento de Ciências da Educação (DACIE) da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) Câmpus de Vilhena. E-mail: adriana.cardoso@unir.br

³ Licenciado em Letras/Português, Mestrando em Letras pela Universidade Federal de Rondônia. Editor de Cultura no Jornal Diário da Amazônia. E-mail: analton3001@yahoo.com.br

Da mesma forma que a escola tem a responsabilidade de tratar da cultura e dos conhecimentos universais, este mesmo conhecimento tem que abordar o cotidiano dos sujeitos envolvidos no processo de ensinar e aprender, e é neste momento em que o currículo demonstra seu papel político e de responsabilidade social.

2 Currículo e seus desdobramentos

O currículo, na importância de seu contexto no processo pedagógico, precisa ser pensado de forma particular pelos atores que o vivenciará. Dizemos isso, em função justamente de seu papel social, pois aqui engloba aspectos tanto culturais como pedagógicos no seu fazer.

Corroborando com estes aspectos, Sacristán (2000) defende que o currículo é uma rede que envolve aspectos culturais, políticos, sociais e escolares e afirma:

[...] Quando definimos o currículo estamos descrevendo a concretização das funções da própria escola e a forma particular de enfocá-las num momento histórico e social determinado, para um nível ou modalidade de educação, numa trama institucional. (p.16)

Desta forma o currículo abrange não somente os conteúdos, planos e processos de aprendizagem para a escolarização, mas envolve experiências que levam ao conhecimento, em todos os campos de ensino no ambiente escolar. As experiências vivenciadas, o lugar de que se fala e o cotidiano precisam estar inseridos na discussão e na ação de se fazer um currículo.

Dentre os conceitos de currículos é possível destacar dois tipos, o currículo formal e o currículo informal. O currículo formal identifica-se como um conjunto prescritivo, composto por documentos de domínio nacional, estadual, municipal ou da própria escola e representam o currículo oficial e de conteúdos a serem aplicados em cada instituição.

Inseridos nesta perspectiva encontramos as legislações oficiais que tratam das normativas educacionais, a exemplo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96), os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), que são referenciais para a proposta curricular nas diferentes áreas de conhecimentos, e que abordam as competências e habilidades que o aluno deve desenvolver em cada etapa e ano de conhecimento. As Diretrizes Curriculares Nacionais que apresentam princípios, fundamentos e procedimentos a

serem adotadas nacionalmente para a Educação Básica. Tais documentos contribuirão para que as escolas possam desenvolver suas propostas pedagógicas.

Como uma manifestação do currículo prescritivo, o Programa Nacional do Livro Didático - PNLD sintetiza em obras, anos e áreas de conhecimento os conteúdos definidos nas diretrizes curriculares, o programa governamental distribui livros às escolas públicas tendo como base às diretrizes nacionais.

Desse modo, Fracalanza, Hilário e Gouveia (1986, p. 26) afirmam que o Livro Didático pode ser caracterizado como agente cultural quando:

[...] É ligado ao currículo previsto para a escola; Seleciona conteúdos habitualmente considerados relevantes e apropriados as séries escolares para as quais foram elaborados; Desenvolve os conteúdos de forma simplificada, tendo em vista o estudante que deve aprender; Apresenta os conteúdos conforme sequência considerada adequada.

Contudo, o livro didático como currículo prescritivo, precisa ser elaborado de acordo com as diferentes regionalidades e linguagens brasileiras. Atentar-se para estes cotidianos é importante quando falamos em inclusão escolar.

Inseridos na proposta de currículo formal encontramos o estabelecido em âmbito escolar, de forma local, os projetos e propostas pedagógicas da própria escola. Neste currículo estão os programas de disciplinas e o planejamento do professor, e fica claro, portanto que, a proposta segue uma sequência hierárquica de manutenção. Na verdade, este projeto ou proposta pedagógica de cada escola deve ser elaborado a cada ano letivo com o envolvimento de todos os atores que pertençam ao processo escolar. Infelizmente, ainda não podemos referenciar na totalidade esta construção permanente de reflexão, que pensamos ser primordial para o andamento do fazer e ser pedagógico.

Mas da mesma forma que o currículo não é neutro, e está além do estabelecido em documentações, o currículo formal representa uma relação de dominação e poder ao estabelecer em diretrizes, o que todos devem aprender de forma nacional. A escola toma para o si o papel de “distribuidora” deste conhecimento:

O currículo como prescrição sustenta místicas importantes sobre estado, escolarização e sociedade. Mais especificamente, ele sustenta a mística de que a especialização e o controle são inerentes ao governo central, às burocracias educacionais e à comunidade universitária. Desde que ninguém desvele essa mística, os mundos da “prescrição retórica” e da “escolarização como prática” podem coexistir. (GOODSON, 2007, p. 242)

Como manutenção do *status quo* favorece as diferenças de conteúdos e forma de trabalhar que interferem e dificultam a mobilidade social, conservando um currículo aplicado de forma diferenciada e passiva para as classes mais populares. Estes currículos, desmembrados aleatoriamente, devem ser construídos a partir da práxis pedagógica que envolve toda a comunidade escolar.

Libâneo (2008) destaca que o papel da escola percorre uma trajetória que caminha lado a lado às necessidades sociais, pois é pressionada para o acompanhamento das transformações na tecnologia, produção e comunicação. Por conseguinte, tais ações afetam diretamente as mudanças no conhecimento e sistemas de ensino.

Ela cumpre funções que não são providas por nenhuma outra instância, ou a de prover formação geral básica - capacidade de ler, escrever, formação científica, estética e ética, desenvolvimento de capacidades cognitivas e operativas. Por outro lado, a escola precisa ser repensada, porque ela não detém o monopólio do saber, pois a educação acontece em muitos lugares, por meio de várias agências como a família, os meios de comunicação, as empresas, os clubes, as academias de ginástica, os sindicatos. (LIBÂNEO, 2008, p.51-52)

O autor considera a escola como espaço privilegiado de inclusão, pois a própria realidade social requer trabalhadores com qualificação, conhecimento cultural e ético, e defende que uma combinação bem sucedida entre “assimilação consciente e ativa dos conteúdos e o desenvolvimento de capacidades cognitivas e afetivas pelos alunos” (LIBÂNEO, 2008, p.54), contribui para o desenvolvimento do pensar. Nesta concepção, o currículo prescritivo coopera para a transformação e não apenas para a manutenção das práticas sociais impostas. Essa igualdade de oportunidades e poder de participação no agir do sujeito crítico é que se faz necessária a discussão de como deve ser um currículo democrático e participante.

Em contrapartida ao currículo prescritivo, encontra-se o currículo informal, o oculto, o que existe, mas não dentro do prescrito, um currículo presente mesmo na ausência. Este currículo se caracteriza pela própria forma de relação, acontece em todo o espaço escolar, com todas as suas formas e a partir de ligações que estão além do prescrito. E qual seria sua influência na relação com o currículo formal? Ela define valores e crenças e constrói o perfil do espaço escolar.

Na escola, faz currículo e produz currículo todos os envolvidos neste processo, desde o porteiro, professores, gestores, merendeiras, zeladores, administradores, todos de alguma forma manifestam suas preferências, seus valores, suas convicções, quando inseridos neste ambiente. É no refletir/fazer que se constroem ações coletivas e solidárias em busca de um conhecimento voltado para a realidade social em que a escola está inserida.

Dentre suas várias possibilidades de manifestação, o currículo oculto aborda na escola o que está presente no social:

O currículo oculto está presente no cotidiano escolar sob a forma de aprendizagens não planejadas. Ele é resultado das relações interpessoais desenvolvidas na escola, da hierarquização entre administradores, direção, professores e alunos e da forma como os alunos são levados a se relacionarem com o conhecimento. (SANCHOTENE; NETO, 2006, p. 271)

De forma geral, quem mais desenvolve o currículo oculto no espaço escolar é o professor que trata, além dos conteúdos prescritos, conteúdos que tem uma abordagem acima do programado, através de manifestações de apreço, despreço, convicções e poder em sala de aula.

Os currículos são expressão do equilíbrio de interesses e forças que gravitam sobre o sistema educativo num dado momento, enquanto que através deles se realizam os fins da educação no ensino escolarizado. (...) O currículo, em seu conteúdo e nas formas através das quais se apresenta aos professores e aos alunos, é uma opção historicamente configurada, que se sedimentou dentro de uma determinada trama cultural, política, social e escolar; está carregado, portanto, de valores e pressupostos que é preciso decifrar. (SACRISTAN, 2000, p. 17)

O currículo abrange não apenas o que está no programa, mas de forma geral tudo que se aprende neste ambiente tão diverso que é a escola. Falar de currículo é pensar que este se constitui de uma tomada de decisão, e imprime uma concepção a partir dos ideais impostos, a escola precisa pensar e atuar baseada na concepção que defende e que traga mais benefícios a aprendizagem dos sujeitos. Estes mesmos sujeitos devem estar inseridos nas tomadas de decisões a respeito do que ou o que pode estar contribuindo para a formação de um cidadão.

3 A escola como espaço de diversidade

Dentre as várias atuações da escola está educar para a diversidade. A própria concepção de educação, que procura superar a distância de anos de uma postura social voltada para a exclusão, encontra possibilidade de atuação para a diversidade e inclusão, diante do

contexto histórico. Ao mesmo tempo, devemos ter cuidado ao falar em diversidade como diferença(s), pois para Skliar(2005) estes termos tratam de coisas distintas, mesmo parecendo próximos. Nessa perspectiva, discute sobre a questão dos termos diversidade e diferença:

[...] Diversidade e diferença parecem termos similares, seus usos parecem ser os mesmos, seu caráter de representação da alteridade parece idêntico. [...] O outro da diversidade e o outro da diferença constituem outros dissimilares. A tendência de fazer deles o mesmo retorna todo discurso a seu trágico ponto de partida colonial, ainda que vestido com a melhor roupagem do multiculturalismo – mesmo que seja igualitarista ou diferencialista. (SKLIAR, 2005,p. 201)

Desta forma, não podemos nos distanciar do termo diversidade apenas conceituando-o como diferente. Mas exatamente por que se falar em diversidade (social, política, econômica, cultural)? Onde o currículo escolar pode estar contribuindo com a tão desejada inclusão das pessoas com necessidades educacionais específicas? O que sabemos é que não devemos tratar diversidade na sala de aula como algo excludente.

Segundo Borges et al (2013) a escola deve estar aberta à diversidade e inclusão de alunos com necessidades educacionais específicas, pois é necessária a adaptação destes as situações diversas, plurais e múltiplas existentes, para que se atenda eficientemente a proposta da igualdade de oportunidades para todos. Isto implica em oferecer um ambiente de equidade para que cada sujeito seja atendido em suas necessidades específicas e especiais. (BORGES et al, 2013, p.422)

Eventos mundiais contribuíram para uma visão e a defesa de uma educação que contemple o direito constitucional de educação para todos. As discussões pertinentes à inclusão escolar destacam o avanço nesta área. Tal inserção vem se concretizando gradativamente na medida em que movimentos como Conferência Mundial de Educação para Todos, realizado em Jontiem (1990) apresenta debate em favor de uma educação básica de qualidade, e norteadora de impulso econômico, social e político nacional. A Declaração de Salamanca (1994) expõe que a escola deve,

[...] auxiliá-los a se tornarem economicamente ativos e provê-los com as habilidades necessárias ao cotidiano da vida, oferecendo treinamento em habilidades que correspondam às demandas sociais e de comunicação e às expectativas da vida adulta.

O Decreto nº 186, do ano de 2008, que aprova o texto da Convenção de Direitos da Pessoa com Deficiência tem como um de seus princípios a plena e efetiva participação da pessoa na sociedade. Ressalta como compromisso de Estado a adoção de medidas que

contribuam para que este objetivo se concretize. Para isso, expõe obrigações gerais, a serem utilizadas, tais como, as diversas tecnologias disponíveis na sociedade e a capacitação dos profissionais envolvidos nesta atividade. Sabemos que no Brasil a questão da inclusão ainda está caminhando lentamente, apesar de seus avanços. Isso verifica-se na questão da acessibilidade em diferentes espaços públicos, inclusive os educativos.

Segundo Mantoan (2002) a educação de pessoas com deficiência no Brasil passou por três momentos distintos: de 1857 a 1956, com iniciativas privadas de educação, a partir da fundação de instituições de assistência à deficiências, a exemplo, Instituto dos Meninos Cegos; de 1957 a 1993 a partir de ações em âmbito nacional assumidas pelo poder público, com a instituição de unidades especializados para atender cada uma das deficiências; e a partir de 1993, com o início de iniciativas a favor da inclusão escolar, iniciadas por lutas de familiares, educadores, e indivíduos que se identificavam com a causa.

Tratar de um currículo, que abrange a diversidade e inclusão, perpassa inicialmente pelos princípios constitucionais que estabelece como obrigação do Estado à oferta da educação para o pleno desenvolvimento individual, com princípio na igualdade de condições de acesso e permanência no que se refere à formação educacional. Oliveira e Martins (2011) defendem que um currículo voltado para a inclusão, tem seu desafio na permanência, ao considerar que dentro de suas possibilidades, todos tem condições de aprender.

Incluir exige uma ação conjunta dos envolvidos no processo educacional, novos posicionamentos, reflexões efetivas sobre a prática educativa, a fim de promover a aprendizagem de todos os alunos. Trata-se de reconhecer que as dificuldades que os alunos apresentam não são apenas deles, visto que resultam, em grande parte, no modo como a educação é concebida e colocada em prática. A partir do momento em que a escola compreende e implementa, na construção do seu currículo, princípios que subsidiem uma prática pedagógica favorecedora da aprendizagem de todos, consequentemente busca estratégias e alternativas capazes de tornar possível uma formação de acordo com o ritmo de cada um. (2011, p.311 - 312)

Felizmente o fortalecimento de políticas públicas voltadas para a educação inclusiva, se concretiza no país, fazendo da educação o fator de participação social efetiva e de transformação de realidades. Neste ponto, Mazzota (2003, p. 11) concorda que, as últimas décadas do século XX, configuram-se como destacado momento da globalização da economia, de valores e culturas, bem como momento de fortalecimento dos movimentos sociais organizados em defesa da inclusão e eliminação das situações de exclusão. Mantoan

(2008) se referindo ao ensino superior destaca que o acesso e a inclusão nos ambientes educacionais geram a mudança:

Esses novos alunos com ou sem deficiência representam uma força propulsora das mudanças necessárias para que a Universidade consiga se manter, dentro de padrões compatíveis com um mundo que se renova e se transforma continuamente, para atender ao que o presente e ao futuro demandam da educação formal, no seu nível mais elevado. (p.93)

Observa-se que este é um posicionamento que pode ser inserido em qualquer modalidade e nível de formação, ao estabelecer a educação como princípio cidadão. Os diferentes níveis e modalidades de educação devem estar ancorados numa proposta de inclusão e interdisciplinaridade, ou seja, a escola, como espaço de produção de conhecimento e de emancipação social precisa estar preparada para os diferentes cotidianos existentes em sua trajetória. A percepção destas diferenças como igualdade social e cultural é fundamentalmente importante da busca de uma escola que almeja a igualdade de oportunidade para todos.

Dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira INEP (2013) demonstram que o ingresso de pessoas com deficiência, ao longo da escolarização, tem uma queda substancial no Ensino Médio em relação ao Ensino Fundamental. Se existem matrículas de alunos com deficiência, transtorno global e altas habilidades no ensino fundamental, o que tem levado a saída da escola quando necessariamente deveriam ingressar no ensino médio é um questionamento a ser feito. É possível que o currículo adequado para a educação de estudantes com necessidades educacionais específicas seja o desafio seguinte após a grande mobilização em torno da inclusão no ensino regular, mais um degrau aos que já tiveram a tanto tempo impossibilitados de terem o princípio mais básico de formação contemplado.

A sociedade deve estar atenta a estas necessidades e cobrá-las do poder público a possibilidades destes estudantes estarem frequentando a escola de forma igualitária.

4 Considerações finais

O currículo como atuação prescritiva apresenta-se como manifestação de conteúdos universais. É importante, na medida em que, se estabelece como um conjunto de

conhecimentos e saberes organizados por gerações, durante o decorrer da história da sociedade.

De forma nacional, os órgãos reguladores normatizam o que deve ser ensinado na escola, e esta ação manifesta-se também como poder, quando estabelece o que, para quem e de que forma ensinar. Como a sociedade esta dentro da escola, o currículo torna-se dinâmico e presente, mas principalmente, torna-se instrumento emancipador quando utilizado para a alteração da dinâmica do que está posto, e passa a ser ferramenta de transformação para a vida.

Discutir um currículo inclusivo e o processo de inclusão da pessoa com necessidades educacionais específicas, no ambiente educacional regular, perpassa pelo processo de aprendizagem, tendo como referência o direito educacional de qualquer cidadão. À medida que as ações coletivas da instituição direcionam-se para resultados que melhorem o ato de ensino, o sucesso do “conjunto currículo-ensino constitui os meios mais diretos para atingir o que é nuclear na escola — a aprendizagem dos alunos, com base nos objetivos”, afirma Libâneo (2008, p. 306). O currículo se concretiza pelo conjunto de histórias múltiplas, que contribuem para discutir as relações sociais, e completa-se no princípio de que a educação atinge o objetivo de desenvolvimento dos sujeitos, ao atingir a aprendizagem.

A temática do currículo, por si só, já é um assunto bastante complexo de se falar e refletir. Quando inserimos a inclusão na discussão, torna-se imprescindível a proposição de um currículo sensível a esta temática. A perspectiva de tratarmos a inclusão na escola de forma igualitária é um desafio que todo o educador deve refletir. Um currículo realmente inclusivo discute formas e ações para que todos os atores do processo pedagógico interajam em atitudes de coletividade e deve estar apto a mudanças. Nessa visão, Ferraz e Macedo (2003, p. 141) afirmam:

Compreender essa relação eu-outro, na constituição do meu próprio conhecimento, fortalece a exigência de que o processo avaliativo incorpore a multiplicidade de olhares constituintes da dinâmica pedagógica. Cada um possui um *excedente de visão* (grifo das autoras) em relação ao outro, o que permite a relação de complementaridade possibilitada pelo trabalho coletivo.

O professor em sua práxis necessita ter sensibilidade na acolhida desta diversidade, pois, de nada adianta se ter um currículo inclusivo atento as necessidades coletivas e não ter ações que promovam esta inclusão. A diversidade no Brasil aponta na mesma proporção do sua dimensão, e é de tamanha importância existir uma escola que acolha as necessidades das

peessoas com necessidades educacionais específicas com atitudes tanto em sala de aula como externamente a ela.

Considerations on curriculum and school inclusion

Abstract

This article presents a discussion of curriculum and school inclusion. Presents concepts based on the definition of formal and informal curriculum, in addition to addressing its significance in the social context, based on authors such as Sacristan, Mantoan, Mazzota and specific legislation. The discussion also pervades in accommodating diversity in the construction of an inclusive curriculum for the curriculum, the importance of context in the educational process, deserves to be thought in a particular way by the actors that will experience . We say this, due precisely to their social role, because here encompasses both cultural aspects as teaching in their work.

Keywords: Curriculum. School. Inclusion. Diversity.

Consideraciones sobre el currículo y la inclusión escolar

Resumen

En este artículo se presenta una discusión de currículo y la inclusión escolar. Presenta conceptos basados en la definición de currículo formal e informal, además de abordar su significado en el contexto social, basado en autores como Sacristán, Mantoan, Mazzota y legislación específica. El debate también se impregna en cuenta la diversidad en la construcción de un currículo inclusivo para el currículo, la importancia del contexto en el proceso educativo, merece ser pensado de una manera particular por los actores que van a experimentar. Decimos esto, debido precisamente a su función social, porque aquí abarca aspectos tanto culturales como docentes en su trabajo.

Palabras clave: Currículo. Escuela. Inclusión. Diversidad.

Referências

BRASIL. **Lei Nº 9394.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília- DF. 1996.

BORGES, Adriana Costa et al. **Reflexões sobre a inclusão, diversidade, currículo e a formação de professores.**In: VII CONGRESSO BRASILEIRO MULTIDISCIPLINAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. UEL (Universidade Estadual de Londrina) Anais, 2013.

Disponível em

<http://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2013/AT01-2013/AT01-040.pdf>. Acesso em 19 dez. 2014.

FARIA, Ana Lúcia G. de. **Ideologia no livro didático.** São Paulo: Cortez Autores Associados, 1986.

FERRAZ, Maria Cláudia Reis, MACEDO, Stella Maris Moura de. **As afluições de um rio chamado avaliação escolar**. In: ESTEBAN, Maria Teresa (Org.). Escola, currículo e avaliação. São Paulo: Cortez, 2003.

FRACALANZA, Hilário; AMARAL, Ivan Amorosino do; GOUVEIA, Mariley Simões Flória. **O ensino de Ciências no primeiro grau**. São Paulo: Atual, 1986.

FRANÇA, Magna e COSTA, Maura. (Orgs.). Política educacional: gestão e qualidade do ensino. Brasília: Liber Livro, 2009.

GOODSON, Ivor. Currículo, narrativa e o futuro social. **Revista Brasileira de Educação**. v. 12, n. 35, maio/ago. 2007

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SKLIAR, Carlos. **A educação que se pergunta pelos outros: e se o outro não estivesse aqui?** In: LOPES, Alice Casimiro, MACEDO, Elizabeth (Orgs.) Currículo: debates contemporâneos. São Paulo: Cortez, 2005.

MAZZOTA, Marcos José Silveira. Identidade dos alunos com necessidades educacionais especiais no contexto da política educacional brasileira. In: **Movimento: Revista de Educação da Universidade Federal Fluminense. Educação Especial e Inclusiva**. N.7 (maio 2003) – Niterói:EdUFF, 2003. p.11- 18. Disponível em: <http://www.bancodeescola.com/identidade.htm>. Acesso em 23. Nov 2013.

MANTOAN, Maria Tereza Egler. **A Educação Especial no Brasil - Da exclusão à inclusão escolar**. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino e Diversidade - LEPED/Unicamp. 2002. Disponível em <http://www.lite.fae.unicamp.br/cursos/nt/ta1.3.htm>. Acesso em 24 nov.2013

SACRISTÁN, Jose Gimeno. **O currículo, uma reflexão sobre a prática**. 4. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2000.

SANCHOTENE, Mônica Urroz; MOLINA NETO, Vicente. **Habitus profissional, currículo oculto e cultura docente: perspectivas para a análise da prática pedagógica dos professores de Educação física**. In: Pensar a Prática. p. 267-280, jul./dez. 2006. Disponível em <http://www.revistas.ufg.br/index.php/fef/article/view/173/160>. Acesso em: 24 de agosto de 2014.

OLIVEIRA; MARTINS. Currículo e diversidade: os desafios da inclusão. **Linhas Críticas**, Brasília, DF, v. 17, n. 33, p. 309-325, maio/ago. 2011.

Artigo recebido e avaliado em dezembro de 2014.